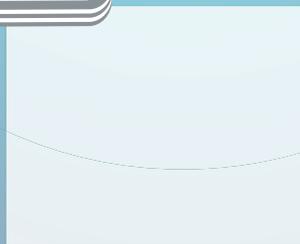


CLIPPING



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS





LOREM IPSUM
DOLOR SIT AMET

DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

imprensa@tce.go.gov.br

www.tce.go.gov.br

3228-2699





CONCURSADOS TERÃO DE ESPERAR

ACORDO PREVÊ QUE NENHUM APROVADO EM CONCURSO SEJA NOMEADO ATÉ JUNHO DE 2020

Os quase 500 aprovados nos concursos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de Goiás vão ter que aguardar mais tempo para serem chamados. É que um acordo entre os chefes dos Poderes prevê que ninguém será nomeado até junho de 2020.

No encontro, realizado no dia 7, a secretária da Economia, Cristiane Schmidt, relatou risco de não conseguir pagar a folha do funcionalismo deste mês e também voltou a falar da necessidade de redução dos repasses ao Judiciário e Legislativo.

Até então, havia sido divulgada a informação de que os Poderes e órgãos como Ministério Público (MP-GO), Defensoria Públi-

ca e Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO) haviam feito acerto para não realizar concurso até meados do ano que vem.

A reportagem teve acesso à ata da reunião assinada pelos participantes, intitulada "Deliberação dos Poderes e Órgãos do Estado de Goiás", que deixa claro que não haverá também nomeações das seleções vigentes: "Houve o compromisso de todos os presentes de não realizarem nomeações decorrentes de aprovação em concurso público até junho do ano de 2020".

AGUARDANDO

Executivo e Legislativo têm concursos públicos válidos. A Assembleia realizou seleção em janeiro, com 80 vagas, e ainda tem 61 integrantes do cadastro de reserva que esperavam ser nomeados até o fim dos prazos de validade – em julho e outubro deste ano.

O presidente da Assembleia,

Paulo Henrique Dias, participante do programa Estágio entre o Grupo Jaime Câmara e a Fac. Araguaia



Lissauer Vieira, presidente da Assembleia: nomeações descartadas

Lissauer Vieira (PSB), confirmou que o compromisso assinado afasta qualquer possibilidade de nomeação. Disse que pretendia convocar alguns nomes do cadastro de reserva até julho, mas não o fará mais. No início deste mês ele deu posse a um integrante do

cadastro, para o cargo de taquígrafo. "Eu estava tentando fazer um cronograma e chamar mais alguns, mas agora não será mais possível", afirmou.

No Executivo, o último concurso realizado foi para a vaga de auditor fiscal da Receita, com

“

Eu estava tentando fazer um cronograma e chamar mais alguns [aprovados no último concurso], mas agora não será mais possível!”

Lissauer Vieira, presidente da Assembleia Legislativa

28 vagas. A homologação ocorreu em dezembro do ano passado. No total, somando certames do Procon, Secretarias de Educação e de Segurança, são 336 aprovados na classificação normal ou cadastro de reserva, segundo dados repassados pela Secretaria Estadual de Administração.

O Judiciário não tem concurso em aberto, mas planejava abrir vagas para juiz substituto ainda este ano, o que também fica suspenso.



Governo federal lança pacote que vai ajudar Estado de Goiás

Medida deve ajudar 12 estados a conseguirem empréstimo com aval da União

DA REDAÇÃO

O Ministério da Economia vai lançar nesta semana o pacote de ajuda aos estados em dificuldades financeiras, chamado de Programa de Equilíbrio Fiscal (PEF). O lançamento da medida foi confirmado hoje (13) pelo Palácio do Planalto, mas precisará ser aprovado pelo Congresso Nacional para entrar em vigor.

A medida divulgada pelo Ministério da Economia é inspirada em questionamentos do governador Ronaldo Caiado (DEM), primeiro a questionar a União e mostrar a crise dos Estados.

“É uma iniciativa do governo federal de equilíbrio fiscal e auxílio aos estados que não podem pegar empréstimos com garantias da União e, ao mesmo tempo, não se encaixam no regime de recu-

peração fiscal (RRF)”, afirmou o porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros.

O PEF, que recebeu do governo o apelido de Plano Mansueto (em referência ao secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida), prevê a concessão de empréstimos com garantia da União (nos quais o Tesouro cobre eventuais calotes) no valor R\$ 13 bilhões por ano.

“O plano é voltado para estados de classificação C no rating que considera a capacidade de pagamento de cada unidade da federação. O secretário [Mansueto Almeida] argumenta ainda que os empréstimos serão liberados em divisões contratuais sob a condição de que a poupança corrente melhore anualmente, de modo que o estado volte para a classificação B em 2022”, acrescentou Rêgo Barros.

Os empréstimos serão concedidos por bancos públicos, privados ou organizações internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Ainda não foi definido se o próprio Tesouro Nacional também concederá os empréstimos.

O dinheiro do PEF deverá ser liberado de maneira gradual até 2022, uma parcela por ano até o

fim do mandato dos atuais governadores. O Ministério da Economia acompanhará as medidas de ajuste fiscal dos estados. Caso o plano não prossiga, a liberação do dinheiro será interrompida.

PEF X RRF

O Regime de Recuperação Fiscal (RRF) foi criado no fim de 2016 e aplicado até agora apenas no estado do Rio de Janeiro. Essa plano beneficia estados com déficits elevados e com dívidas altas. O programa oferece suspensão do pagamento dos serviços da dívida por três anos e apoio financeiro em troca de um plano de ajuste que envolve redução de gastos, aumento de impostos e privatizações. Já o PEF destina-se a estados com altos níveis de despesa com o funcionalismo local, mas baixo endividamento.

CLASSIFICAÇÃO DOS ESTADOS

Conforme a nota de crédito do Tesouro Nacional, divulgada no último Boletim de Finanças dos Entes Nacionais, no ano passado, 11 estados possuem classificação C e poderão ser beneficiados diretamente pelo PEF: Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do



Porta-voz da Presidência da República, Otávio Rêgo Barros

Sul, Mato Grosso, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Sergipe e Tocantins.

Outras 13 unidades da federação (Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Ceará, Espírito Santo, Pará, Paraíba, Piauí, Paraná, Rondônia, Roraima e São Paulo), que possuem notas de crédito entre A e B, continuam habilitadas a obter crédito com garantia da União em va-

lores acima do que será oferecido aos estados com nota C.

A pior situação fiscal entre os estados, segundo a nota de crédito do Tesouro Nacional, são Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, ambos com nota D. Minas Gerais não teve classificação nos dois últimos anos analisados pelo boletim, porque não apresentou disponibilidade de caixa.